



Estado de Mato Grosso CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

PARECER Nº 70/2025

Câmara Municipal de Querência - MT



PROTOCOLO GERAL 1369/2025
Data: 01/12/2025 - Horário: 08:49
Legislativo

Da Comissão De Constituição, Justiça e Redação, sobre Projeto de Lei Ordinária nº 47 de 2025 Autoriza a Prefeitura Municipal de Querência MT a receber, mediante Cessão de uso, imóvel particular para construção de uma Escola municipal e Unidade de saúde.

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão o **Projeto de Lei Ordinária nº 047/2025**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que tem por finalidade **autorizar o Município de Querência/MT a receber, em regime de comodato, imóvel de aproximadamente 3.746,8 m², desmembrado de gleba maior denominada Fazenda Liberdade, de propriedade da empresa Agropecuária Liberdade Ltda, destinado:**

- à manutenção e funcionamento da Escola Municipal de Educação Básica Fazenda Liberdade;
- à instalação futura de uma Unidade de Pronto Atendimento de Saúde.

O projeto está instruído com **minuta de Escritura Particular de Cessão em Comodato**, mapa, memorial descritivo e documentação dominial.

O **Parecer Jurídico nº 105/2025**, da Procuradoria Jurídica Legislativa, analisou a proposição e destacou a existência da **Lei Municipal nº 782/2013**, que já autorizava comodato anterior, porém com área menor e finalidade exclusivamente escolar, recomendando **manutenção da lei antiga e inclusão de emenda de segurança jurídica**.

II – ANÁLISE

Segundo o parecer jurídico, o projeto está amparado:

- no **art. 14, III, da Lei Orgânica Municipal** – administração e utilização de bens públicos;
- no **art. 60 da LOMQ** – iniciativa concorrente do Executivo para tratar de patrimônio público;
- nos princípios da **eficiência, continuidade do serviço público, supremacia do interesse público e segurança jurídica**.

A cessão em comodato é forma lícita de uso de bem privado para fins públicos, desde que autorizada por lei específica — como ocorre no presente caso.

A Procuradoria identificou que a lei de 2013:

RUA WERNER CARLOS GALLE, 265, SETOR C –
FONE/FAX:(066) 3529 1119-1066



2

Estado de Mato Grosso CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

- autorizou comodato anterior de **2.001 m²** para implantação da escola;
- fundamentou juridicamente a construção e funcionamento da unidade escolar;
- gerou efeitos concretos, investimentos e atos administrativos plenamente válidos.

O Projeto de Lei nº 047/2025:

- **não substitui** a lei anterior;
- **não conflita** com ela;
- **não anula** seus efeitos;
- **complementa e amplia** a política pública existente.

Revogar a Lei nº 782/2013 poderia gerar:

- insegurança jurídica;
- questionamentos de órgãos de controle;
- dúvidas sobre a validade de atos passados;
- ruptura do histórico administrativo da escola.

Recomendações jurídicas

O parecer jurídico nº 105/2025 recomenda claramente:

- **não revogar** a Lei nº 782/2013;
- **aprovar o PLO 047/2025** como norma complementar e ampliativa;
- incluir **emenda aditiva** preservando expressamente os efeitos da lei antiga.

Tal medida garante integridade jurídica, continuidade administrativa e segurança dos atos praticados.

À vista do **Parecer Jurídico nº 105/2025** e da análise desta Comissão, **voto FAVORAVELMENTE** à aprovação do **Projeto de Lei Ordinária nº 047/2025**, condicionada à inclusão da **emenda aditiva** recomendada pela Procuradoria, com os seguintes fundamentos:

Constitucionalidade formal

Constitucionalidade material

Legalidade

Adequada técnica legislativa

Relevante interesse público

Garantia de segurança jurídica



3

Estado de Mato Grosso CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

Assim, **opino pela aprovação do PLO 047/2025, com emenda aditiva obrigatória**, de modo a complementar — e não revogar — a Lei Municipal nº 782/2013.

Assim, eu Keila Marques, Vereadora e relatora dessa Comissão de Constituição, Justiça e Redação, opino em conformidade, ou seja, pela aptidão da presente propositura dentro do campo de análise da presente comissão permanente.

ISTO POSTO, sou pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e no mérito, pela aprovação do **Projeto de Lei nº 47/2025** de autoria do Poder Executivo de acordo com o atendimento da solicitação apresentada.

É o que tenho a manifestar.

III- VOTO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, por seus membros infra-assinados, após analisar o **Projeto de Lei nº 47/2025**, de autoria do Poder Executivo, que **“Autoriza a Prefeitura Municipal de Querência MT a receber, mediante Cessão de uso, imóvel particular para construção de uma Escola municipal e Unidade de saúde”** e em conformidade com as conclusões do relatório exarado pela Relatora Vereadora, votam da seguinte maneira:

Beatriz Steffen: **Aprova**

Keila Marques: **Aprova**

Mestre Dragão: **Aprova**

Diante da votação dos vereadores que compõem a presente comissão, opinam por 03 (três) votos favoráveis pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Municipal nº 47/2025, por entender que a referida proposição está em consonância com a legislação vigente, bem como a atende aos interesses da Administração Pública Municipal.

É esse o parecer da presente Comissão, s. m. j.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2025.

Beatriz Steffen
Presidente da CCJR

Keila Marques
Relatora da CCJR

Mestre Dragão
Membro da CCJR